

# **A histórica exclusão do Sertão Nordestino – como as comunidades sertanejas do Piauí têm o menor número de rádios comunitárias legalizadas do Brasil**

**BERTI, Orlando Maurício de Carvalho Berti**

*Especialista em Comunicação Institucional, Especialista em Comunicação e Marketing, Especialista em Docência Superior e mestrando em Comunicação Social*

UMESP – Universidade Metodista de São Paulo (São Bernardo do Campo – SP)

URSA – Universidade R.Sá (Picos-PI)

UESPI – Universidade Estadual do Piauí (Teresina-PI e Picos-PI)

## **Resumo**

Este trabalho é um estudo histórico-comparativo-reflexivo de como ocorre a exclusão das comunidades sertanejas do Nordeste brasileiro, em especial do Piauí (um dos estados mais pobres do País), tendo como ponto de recorte a exclusão através da distribuição nacional de concessões de rádios comunitárias. Mostra-se e compara-se que essa exclusão midiática é histórica e reflete-se como hoje se luta para tentar reverter esse quadro na região sertaneja piauiense (que corresponde a quase 70% dos municípios do Estado) e há anos tem poucos meios de midiatização comunitária. Destaca-se através de estudos teóricos e práticos o que é uma rádio comunitária, como essas emissoras radiofônicas podem ajudar na transformação social, para depois ser mostrado como ocorrem hoje a distribuição de rádios comunitárias legalizadas no País e como essa região é a mais excluída do Nordeste e como as regiões mais pobres são as que menos têm a possibilidade de serem contempladas com as emissoras radiofônicas legalizadas. Apesar do quadro gritante a situação tende-se a mudar com a sedimentação das primeiras emissoras de rádio comunitária legalizadas do Estado.

## **Palavras-chave**

História da Mídia; Sertão do Piauí; Comunicação Comunitária; Rádios Comunitárias.

## **1. O Sertão do Piauí e sua histórica exclusão midiática**

O Piauí é a quarta unidade federativa mais pobre do País<sup>1</sup>. Nas últimas quatro décadas sempre figurou na triste posição nacional de campeã ou vice-campeã de miséria, exclusão social e acesso às políticas públicas de saúde e educação. Quase a

---

<sup>1</sup> Dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2008).

totalidade da população piauiense convive e é fruto de uma geração de excluídos históricos, inclusive sem (ou com pouquíssimo) acesso às políticas públicas de saúde, educação, cultura, desenvolvimento e cidadania.

Entremeio à baixa escolaridade, recheada por índices de analfabetismo e analfabetismo funcional, o aspecto escolaridade desse povo é muito baixo, trazendo uma série de traumáticas conseqüências negativas, umas delas é o acesso e participação aos meios de comunicação, sendo que raramente, até por conta de uma massacrante educação, age-se pouco como cidadão e muito menos como cidadão interventor de uma realidade, não se utilizando e estando ignorante dos meios de comunicação como ferramentas para o desenvolvimento e mudança das situações de exclusão.

Se há uma população que vem adquirindo aparelhos de televisão e rádio, sendo utensílios domésticos figurantes no topo da lista dos que mais existem nas residências dos brasileiros, essa proporção não se transfere para a participação midiática local, sendo que até em aspectos quantitativos a mídia é pouco presente na população piauiense.

O conjunto entre baixa escolaridade e extremada pobreza empurra essas populações, principalmente a sertaneja, ao baixo desenvolvimento social, com raras exceções de evoluções, e à pouca expectativa de melhoria social, trilhando-se pelo imediatismo gerado pelos programas sociais em detrimento aos programas de desenvolvimento de médio e longo prazo, os que realmente podem trazer uma base sólida e independente à população.

O Piauí assim como quase todo o Brasil é uma unidade de paradoxos. Enquanto o estado tem bolsões de riqueza, a maior parte é um bolsão de pobreza comparado socialmente apenas com países devastado por conflitos ou que deixaram de ser colônias há pouco tempo.

O Sertão do Piauí é delimitado por Lei desde 1984<sup>2</sup>, através de estudos de membros do Projeto de Delimitação e Regionalização do Brasil Semi-Árido, composto pela UFPI – Universidade Federal do Piauí em parceria com a extinta Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Essa região é geograficamente caracterizada por estar em local de poucas chuvas e economicamente por ter baixa renda, além dos mais baixos índices sociais do País.

---

<sup>2</sup> Dados da Carta Cepro, Vol 12, Número 2, de agosto, dezembro de 1987.

Dos atuais 224 municípios piauienses, 151, ou 67,41%, estão na área sertaneja, que concentra, aproximadamente, metade da população piauiense. Esse *status quo* de diferenciações com um extremo muito pobre e excluído nordestino, sertanejo, piauiense, sertanejo piauiense é histórico, como aponta Celso Pinheiro Filho (1997), mas, paradoxalmente, até o final do Século XVIII o Piauí era a quarta mais rica província do País, sendo hoje a quarta mais pobre (até o final do século passado “disputava” o último lugar com outros estados nordestinos).

O professor piauiense Gustavo Said (2001) destaca que o não acompanhamento do desenvolvimento do Piauí em relação a outros estados brasileiros ocorreu principalmente por uma histórica dominação oligárquica-familiar dessa região, onde ainda impera a figura coronelística, e a nova figura do também coronel midiático.

Os mesmos grupos que há séculos disputam o poder e mandam no Estado são os mesmos que concentram o poder midiático no Piauí, sejam eles diretamente, sendo donos dos meios, ou indiretamente, utilizando o poderio financeiro do Estado para cooptarem vozes, sons e imagens que possam criticar a manutenção do poder e as roubalheiras estatais.

Em todo o Piauí há apenas três jornais impressos diários: Diário do Povo do Piauí (pertencente ao grupo empresarial Damásio, que domina a política na região sertaneja de São Félix do Piauí); Meio Norte (do grupo Paulo Guimarães, umbilicalmente ligado à Família Sarney, que até hoje domina a mídia no Maranhão e Amapá); O Dia (do grupo Miranda, historicamente atrelado ao poderio político do Estado há quase 60 anos). Os três não chegam a uma tiragem diária média de mais de 15.000 exemplares. Seus diretores alegam que a população piauiense tem pouco nível de leitura e mais ainda tem pouca condição financeira de bancar a compra de um periódico, que custa em média de R\$ 2,00 a R\$ 3,00.

Nos outros municípios do Piauí há entre 10 e 20 jornais com periodicidade incerta, visto que para circularem dependem de subsídios de prefeituras e órgãos estatais. Esses impressos geralmente são efêmeros enquanto continuação de circulação e só trazem material pago raramente contribuindo para alguma reflexão coletiva.

Em todo o Estado há apenas nove emissoras de Televisão, sendo cinco na capital (TV Antares – afiliada à Cultura – é estatal e só trata dos aspectos positivos do Governo do Estado; TV Antena 10 – afiliada à Record – e pertencente à família Tajra, tradicional

grupo empresarial e político do Piauí; TV Cidade Verde – afiliada ao SBT – e também pertencente à família Tajra, sendo comandada pelo ex-deputado federal Jesus Tajra; TV Clube – afiliada à Globo – e pertencente à família Alencar Rebelo, historicamente ligada aos governos estaduais e representada politicamente pelo deputado estadual Henrique Alencar Rebelo, hoje um dos líderes do Governo do Piauí na Assembléia Legislativa; TV Meio Norte – afiliada à Bandeirantes – e pertencente ao empresário Paulo Guimarães, nada menos que afilhado do senador José Sarney e sempre ligada aos governos estaduais, inclusive sendo a televisão que mais recebe do poder público estadual e a que tem mais contratos com prefeituras do interior do Piauí. A TV Meio Norte tem programação local de quase 14 horas diária o que seria um marco nacional em valorização do local, mas a programação se refere basicamente a programas pagos sem nenhum atrativo social ou edificante, sendo cópias baratas e malfeitas de programas de colonismo social e entretenimento das grandes emissoras de televisão do País.

No interior do estado há emissoras de televisão em apenas três dos 223 municípios interioranos, todas operam parcamente e muitas vezes ficam semanas fora do ar por quebra de equipamentos (que não têm substitutos) ou até falta de combustível nos veículos para fazerem matérias. São elas: TV 14 de agosto – ligada ao grupo Meio Norte – e retransmissora da Bandeirantes em Parnaíba, a 343 quilômetros ao Norte de Teresina, no litoral piauiense; TV Delta – estatal – que raramente está no ar – servindo mais como cabide de empregos, também em Parnaíba; TV Alvorada – afiliada à Globo – pertencente ao ex-senador João Castelo e ligada ao ex-prefeito da cidade José Leão e à ex-deputada estadual Maria José Leão – na cidade de Floriano, a 244 quilômetros ao Sul de Teresina; TV Picos – estatal – que retransmite a TV Cultura – na cidade de Picos, a 311 quilômetros ao Sul de Teresina, única emissora de TV do Sertão do Piauí, mas geralmente ligada a política de mostrar o que ocorre nos órgãos estaduais.

No Piauí ainda não há sistema de TV a cabo. Na capital e no interior o mais abastados podem assistir canais internacionais e segmentados através de emissoras por satélite no sistema Sky.

Segundo a Anatel<sup>3</sup> o Piauí tem atualmente 64 rádios convencionais legalizadas, sendo 45 AMs<sup>4</sup> (amplitude modulada), metade delas no Sertão, e 19 FM (frequência

---

<sup>3</sup> Órgão que regulamenta as concessões de emissoras de TV e rádio (convencionais AM e FM e comunitárias) no Brasil. Dados disponíveis no sitio: [www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br). Dados de 01 de março de 2008.

<sup>4</sup> Pelo menos dez dessas emissoras estão sem funcionar ou só funcionam em período eleitoral.

modulada), metade delas no Sertão do Estado, além de 60 emissoras de rádio comunitária legalizadas<sup>5</sup>.

É nesse contexto em que surgem as rádios comunitárias e fazem frente à essa situação de distribuição midiática.

Ou seja, os espaços comunicacionais das comunidades, da maioria da população ainda são pequenos, mas existentes e, em sua modéstia numérica, vêm representando a possibilidade comunicacional e, conseqüentemente social, de mudanças.

Entremeio à essa exclusão midiática da população sertaneja e da possibilidade de voz, participação e melhoria das condições sociais através da mídia poderem ser feitas apenas pelos meios radiofônicos é que enveredamos pela mídia comunitária para efeito dessa pesquisa.

Escolhemos a mídia rádio por, infelizmente, ser a que mais está presente nos lares sertanejos. Por conta da miséria de, em parte das residências dessa região, ser o único aparelho de comunicação disponível e pela oralidade (infelizmente graças ao analfabetismo) serem situações prementes nos sertanejos piauienses.

Outro ponto é o fato da não presença midiática impressa e televisiva em boa parte da região, sendo o rádio o mais a noticiar o local, o comunitário e até o regional.

As emissoras de Teresina só são retransmitidas para as cidades do interior do Estado caso o prefeito pague pelo sinal e não pelo interesse social midiático, mesmo tais mídias tendo ampla ajuda governamental. Os jornais impressos chegam à maioria dos municípios, mas para privilegiados assinantes<sup>6</sup>. Há cidades por conta da distância e dificuldade de acesso que recebem os exemplares com até uma semana de atraso.

Escolhemos as rádios comunitárias que legalmente, devem atender as comunidades, sendo essa uma de suas essências. E as rádios comunitárias legalizadas por terem uma historicidade, um tempo maior de existência e um amparo legal que as instiga a ter mais tempo para as questões comunitárias em vez das que ainda pleiteiam legalização que despendem parte dos seus tempos ainda pela legalização.

---

<sup>5</sup> Em nossas andanças pelo interior do Estado como jornalista e como pesquisador e em contato com militantes do movimento de rádios comunitárias calculamos que existam entre 400 e 500 emissoras de rádio comunitárias, havendo em média, a cada mês a abertura de 5 a 20 emissoras e o fechamento entre 5 e 15 emissoras. Com a chegada dos períodos eleitorais os números de aberturas e fechamentos de rádios comunitárias não legalizadas chega a triplicar.

<sup>6</sup> Atualmente uma assinatura de um jornal impresso do Piauí custa aproximadamente R\$ 60, o que corresponde a mais de um quarto de boa parte dos salários ou do que é ganho pelos trabalhadores sertanejos piauienses, sendo praticamente impossível se assinar jornal impresso no Estado e, conseqüentemente complicando-se a leitura direta, sendo feita pelas rádios do interior do Piauí.

## 2. A distribuição atual das rádios comunitárias legalizadas do Sertão do Piauí

Ao enveredarmos para saber como ocorre a distribuição das rádios comunitárias legalizadas do Sertão do Piauí encontramos no Ministério das Comunicações<sup>7</sup> 30 emissoras de rádio comunitária legalizadas sertanejas do Estado:

**Tabela 1 – Rádios comunitárias legalizadas do Sertão do Piauí – Nome da emissora, frequência, cidade, população, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), distância para a capital, Teresina.**

Nome da Rádio	Frequência	Cidade	População	IDH	Kms da Capital
Ativa	92,9	Piracuruca	25.625 Hab	0,609	190 km
Bom Conselho	104,9	São João da Fronteira	5.008 Hab	0,554	221 km
Cidade	104,9	Valença do Piauí	19.716 Hab	0,647	210 km
Eldorado	87,9	Elesbão Veloso	14.174 Hab	0,601	155 km
Estação	104,9	Brasileira	7.699 Hab	0,580	158 km
Família	104,9	Piripiri	60.249 Hab	0,641	148 km
Gety	100,1	Curimatá	10.360 Hab	0,680	773 km
Guaribas	106,3	Picos	70.450 Hab	0,703	310 km
Liberdade	87,9	Oeiras	35.075 Hab	0,625	313 km
Luzes	87,9	Colônia do Gurguéia	5.700 Hab	0,641	502 km
Malhada do Jatobá	90,5	São João do Piauí	18.689 Hab	0,650	499 km
Marvão	104,9	Castelo do Piauí	18.550 Hab	0,596	191 km
Matões	104,9	Pedro II	36.675 Hab	0,605	196 km
Nossa Senhora da Conceição	105,9	Bocaina	4.039 Hab	0,657	332 km
Nossa Senhora da Conceição	99,5	São Julião	5.908 Hab	0,578	390 km
Nova Cidade	87,9	Cabeceiras	9.438 Hab	0,525	97 km
O Grito do Ipiranga	90,1	Ipiranga do Piauí	528 Hab	0,601	265 km
Progresso	104,9	Lagoa do Barro do Piauí	4.543 Hab	0,597	594 km
Redenção	88,1	Redenção do Gurguéia	8.263 Hab	0,583	687 km
Serra	97,3	São Francisco de Assis do Piauí	5.150 Hab	0,520	465 km
Tribuna	92,7	Pimenteiras	11.722 Hab	0,574	252 km
Tribuna Cantoese	107,9	Canto do Buriti	20.673 Hab	0,616	404 km
Umbuzeiro	105,9	Pio IX	17.123 Hab	0,572	441 km
Terceiro Milênio	105,9	Dom Expedito Lopes	6.532 Hab	0,635	285 km
Vale do Itain	104,9	Itainópolis	11.084 Hab	0,585	350 km
Vale do Sambito	87,9	São Félix do Piauí	3.132 Hab	0,524	159 km
Vale Esperança	Não tem	Queimada Nova	9.146 Hab	0,532	565 km
Verdes Canas	101,3	Boa Hora	6.086 Hab	0,536	120 km
Veredas	87,9	Simões	13.734 Hab	0,565	442 km
Villa dos Humildes	87,9	Alto Longa	13.612 Hab	0,580	80 km

**FONTE: IBGE (2008); PNUD (2008) e dados e levantamentos do autor do projeto.**

<sup>7</sup> Recorte feito até 31 de janeiro de 2008.

Se realizamos essa comparação com a distribuição das rádios comunitárias legalizadas do País teremos os seguintes resultados sobre a relação unidade federativa/número de municípios/número de rádios comunitárias legalizadas/porcentagem do número de municípios com rádios comunitárias legalizadas:

**Tabela 2 – Distribuição das rádios comunitárias legalizadas do Brasil, por Unidade Federativa, comparando com o número de municípios, o número de rádios comunitárias legalizadas, o número de municípios com rádios comunitárias legalizadas e a porcentagem total do número de rádios comunitárias legalizadas.**

<b>Unidade Federativa</b>	<b>Número de Municípios</b>	<b>Número de Rádios Comunitárias Legalizadas</b>	<b>Número de Municípios com Rádios Comunitárias Legalizadas</b>	<b>Porcentagem do número de municípios com rádios comunitárias legalizadas</b>
AC	22	03	03	13,64%
AL	102	47	43	42,15%
AM	62	33	29	46,77%
AP	16	10	09	56,25%
BA	417	208	196	47%
CE	184	171	143	77,72%
DF	01	24	01	100%
ES	78	41	40	51,28%
GO	246	135	119	48,37%
MA	217	127	114	52,53%
MG	853	517	462	54,16%
MS	78	65	55	70,51%
MT	141	60	54	38,3%
PA	143	63	60	41,96%
PB	223	115	104	43,64%
PE	185	142	124	67,03%
PI	223	54	53	23,77%
PR	399	194	183	45,86%
RJ	92	78	57	61,96%
RN	167	86	81	48,5%
RO	52	23	22	42,3%
RR	15	03	03	20%
RS	496	178	165	35,18%
SC	293	99	93	31,74%
SE	75	17	15	20%
SP	645	378	343	53,18%
TO	139	27	27	19,42%
<b>27</b>	<b>5.564</b>	<b>2.898</b>	<b>2.598</b>	<b>46,69%</b>

**FONTES: IBGE (2007); MC (2007) com cruzamento de dados pelo autor.**

Mesmo com o número de rádios comunitárias legalizadas do Piauí crescente, (que tem 23,77% dos municípios com rádios comunitárias legalizadas), ocupando o quarto menor espaço de distribuição em termos nacionais, perdendo apenas para o Roraima e Sergipe (ambas 20%), Tocantins (19,42%), ao recortamos os municípios sertanejos, exatamente o local mais pobre do Piauí e da região brasileira essa distribuição diminui e se torna mais excludente.

Ou seja, mostrando que quando mais pobre for o município menor a possibilidade de ter uma rádio comunitária.

Se analisarmos o Atlas de Desenvolvimento Humano do PNUD em que aponta o nível de pobreza dos municípios veremos que dos municípios piauienses mais pobres, apenas 16<sup>8</sup> têm rádios comunitárias legalizadas.

E das cidades sertanejas piauienses que possuem rádios comunitárias: Alto Longá (SN), Boa Hora (SN), Bocaina (SC), Brasileira (SN), Cabeceiras (SN), Canto do Buriti (SS), Castelo do Piauí (SN), Colônia do Gurguéia (SS), Curimatá (SS), Dom Expedito Lopes (SC), Elesbão Veloso (SC), Ipiranga do Piauí (SC), Itainópolis (SC), Lagoa do Barro do Piauí (SS), Oeiras (SC), Pedro II (SN), Picos (SC), Pimenteiras (SC), Pio IX (SC), Piracuruca (SN), Piripiri (SN), Queimada Nova (SC), Redenção do Gurguéia (SS), São Félix do Piauí (SC), São Francisco de Assis do Piauí (SS), São João da Fronteira (SN), São João do Piauí (SS), São Julião (SC), Simões (SC) e Valença do Piauí (SC)<sup>9</sup> a maioria são centros urbanos localizados em zonas estratégicas do Estado.

Essas rádios são contempladas, paradoxalmente nos municípios mais ricos, ou seja, as cidades mais pobres do Estado têm poucas emissoras, sendo que a tão propalada forma de desenvolvimento local é deixada a planos inferiores justamente por conta de que essa distribuição ocorre para os municípios mais ricos, mesmo que os mesmos também tenham necessidades, por também estarem em uma região pobre. Mas nos locais em que não há nenhuma emissora de rádio ou meio de comunicação local a possibilidade de desenvolvimento via meios de comunicação fica comprometida.

---

<sup>8</sup> Pimenteiras, Canto do Buriti, Pio IX, Itainópolis, São Félix do Piauí, Queimada Nova, Boa Hora, Simões, São João da Fronteira, Brasileira, Castelo do Piauí, São Julião, Cabeceiras, Lagoa do Barro do Piauí, Redenção do Gurguéia, São Francisco de Assis do Piauí.

<sup>9</sup> SC = Sertão Central do Piauí, região mais populosa e pobre do Estado, concentram-se basicamente no entorno da cidade de Picos. SN = Sertão Norte, região menos pobre do Sertão do Estado, localiza-se acima da capital. SS = Sertão Sul, maior área geográfica e menos habitada, é a região mais atrasada em benefícios públicos e com maior isolamento geográfico do Sertão do Estado. O Sertão Central ocupa aproximadamente 25% do Sertão do Piauí, tamanho próximo do Sertão Norte. O Sertão Sul ocupa aproximadamente metade da área sertaneja.



### **3. A reedição da histórica opressão midiática de distribuição das emissoras de rádio comunitárias legalizadas do Piauí**

Pela análise das tabelas anteriores e com visitação das emissoras de rádio comunitária legalizadas do Sertão do Piauí vimos que nossa hipótese norteadora de que quanto mais pobre e excluído socialmente o município sertanejo, notadamente o piauiense, menor a possibilidade dele ser atendido e representado por um meio de comunicação local<sup>10</sup> se confirma, não só no sentido quantitativo de simples distribuição, mas no sentido qualitativo de importância dessa distribuição. Também constatamos a importância de se ter uma mídia que possa trazer as representações regionais, dependendo de produções de sentido importadas, com outras visões de mundo, principalmente uma visão dominante e não representativa.

A representação do local, sendo aqui o local sertanejo piauiense, entremeio às dificuldades e desigualdades citadas anteriormente, justifica-se, como destaca Bourdin (2001), devido ser no local onde aumenta-se as possibilidades de representação e socialização são maiores, conseqüentemente podendo haver uma maior interação social e assim um maior desenvolvimento social, uma maior cultura de comunidade, de população, de historicização, conseqüentemente para melhorar a vida dos que estão nesse local de interação social. O local a representatividade pode ser maior, as pessoas teoricamente se conhecem mais, estão mais próximas, podendo coadunar mais fácil pensamentos, reflexões e evoluções.

Nos quase 300 anos de História do Piauí<sup>11</sup> essa unidade federativa é uma das que mais apresenta paradoxos no País. Inclusive em sua atual situação geográfica e econômica o Piauí representa paradoxos, ou seja, há quatro estados dentro de um. O primeiro rico e populoso, vivendo no entorno da capital, Teresina, o segundo também rico e turístico, vivendo no entorno do litoral piauiense (o menor do País, mas com

---

<sup>10</sup> Atualmente realizamos dissertação sobre o tema: “Os Processos Comunicacionais nas Rádios Comunitárias Legalizadas do Sertão do Piauí” no Programa de Pós-graduação da Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, em São Bernardo do Campo (SP), linha de concentração Processos Comunicacionais, área: Comunicação Massiva, onde procuramos entender histórica, geográfica e principalmente midiaticamente como ocorrem esses processos comunicacionais e como se deu essas distribuições de rádios comunitárias legalizadas.

<sup>11</sup> O Piauí teve origem após a expansão de gado, que eram criados no litoral do Nordeste durante o Período Colonial e depois com o cultivo da cana-de-açúcar tiveram de ser levados para o interior, ou sertões, assim dando origem à povoação piauiense, que foi desmembrada da então província do Maranhão.

grande densidade populacional), o terceiro, explorado há pouco tempo e considerado a última grande fronteira agrícola do País, que concentra uma grande quantidade de migrantes sulistas. Essas três regiões representam uma maioria populacional, mas uma minoria geográfica. Boa parte do estado e da miséria aberrante piauiense fica no Sertão, área mais antiga e com os índices mais gritantes de desigualdade social.

Nascida como uma colônia rica baseada principalmente na criação de gado o Piauí viveu tempos de glória, sendo a quarta mais rica província do País. Essa extremada riqueza proporcionou a alguns aristocratas e comerciantes do Estado acumulação de bens, terras e, principalmente, suas manutenções no poder, criando-se aí uma história oligarquia política, até hoje com tentáculos em todas as regiões do Piauí.

A não repartição das riquezas provocou atraso ao Estado que não acompanhou a evolução brasileira, principalmente as das regiões Sul e Sudeste, pois no Piauí enquanto uma minoria enricava uma grande maioria era humilhada, subjugada e politicamente dominada.

Nesse entremeio os meios de comunicação de massa que poderia ser contrapontos aos grupos de poder hegemônicos, sempre estiveram umbilicalmente ligados a essas esferas, sendo meios de manutenção do poder e de dominação política e econômica. Os meios de comunicação de contraponto em toda a história do Piauí foram relegados a planos inferiores e subjulgados pelos poderosos de plantão, não podendo evoluir e dar uma posição diferente como construtores da história. A mídia alternativa piauiense tem poucas vozes de contraponto ou, no mínimo, não tiveram tempo de deixar seu contributo como forma de registro histórico para a posteridade.

Segundo o professor e pesquisador piauiense de Comunicação Eurípedes Dourado Filho (1990) um dos motivos dessa exclusão midiática e social do Piauí, principalmente na região sertaneja (coronelística) foi justamente a tardia educação da população piauiense, principalmente a sertaneja, mais antiga e historicamente ligada à terra, elitista e dicotômica politicamente. Ou seja, era essa população que em vez de estudar, ler, adentrar pelo conhecimento, era levada a trabalhar em regime de semi-escravidão e de massacre social. Sem cultura, não havia contraponto e sem educação mais ainda. Historicamente a educação era feita apenas para a elite que nunca se revoltou contra os seus, estudando não para uma melhoria social, mas sim para a manutenção do estado de poder e de dominação política. Muitos comunicólogos

piauienses que tiveram a oportunidade de estudar em outros estados ou se refugiavam em suas novas terras ou, os poucos que voltavam traziam suas idéias para a montagem de novas mídias, mas para a ajuda elitista. E quanto mais sertaneja a região, mais essa dominação era e é presente.

Nelson Werneck Sodré (1999) destaca ainda que o Piauí foi um dos últimos estados brasileiros a ter uma imprensa, conseqüentemente tendo a tardia representação midiática, de representação do local, sendo prejudicial para a educação, discussão e formação política da população piauiense.

Mesmo as rádios comunitárias que no Brasil nasceram de um instrumento de contraposição política moderna, utilizando as novas tecnologias que a simplicidade do rádio proporcionava, foram sendo utilizadas por esses grupos de poder.

No Sertão do Piauí praticamente não ocorreu transição democrática, ou seja, enquanto respirava-se novos ares com o fim da censura, chegava-se a um status de comunicação regional, mas mantido pela mesma elite antes dona dos jornais e agora se apoderando das emissoras de televisão (no caso da capital) e das emissoras de rádio convencional no interior.

A simplicidade e facilidade da instalação de uma rádio comunitária instigou grupos massacrados a ter sua voz e alguns a têm, sendo positivo e fator diferencial, mas, infelizmente é uma minoria estagnada, principalmente porque as novas concessões e autorizações de emissoras de rádio comunitária no Piauí vêm sendo ganhas por grupos políticos dominantes que viram que a facilidade de ter uma emissora desse porte é mais fácil e, principalmente barato, do que as emissoras convencionais.

Hoje apregoa-se no Sertão do Piauí que é mais barato manter-se uma rádio comunitária do que um carro de som volante.

Assim destacamos que o local tem de ser valorizado cada vez mais e que as políticas públicas de distribuição de emissoras de rádio comunitária e de outras mídias devem ser mais democráticas justamente para reverter essa situação caótica e não representativa. Pois ao tempo que se passa, mesmo vendo alguns avanço sociais propalados pelos órgãos governamentais, vemos que a cidadania, a educação e o acesso à outras políticas públicas e de direitos humanos e sociais ainda são pontos de alcance difíceis, notadamente para essa população sertaneja. Essas constatações se dão em visitas mensais a essas localidades, que ocorrem há mais de oito anos.

## Referências

BOURDIN, Alain. **A Questão Local**. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2001.

DOURADO FILHO, Eurípedes. **A Influência da Imprensa Piauiense no Conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no Período de Transição Império/República**. São Bernardo do Campo: Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Dissertação de Mestrado, 1990.

Fundação CEPRO. **Carta Cepro**. Teresina: Fundação CEPRO, V. 12, N. 2, agosto, dezembro, 1987.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2007**. Brasília: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20.jan2008.

Ministério das Comunicações. **Lista das rádios comunitárias legalizadas do País**. Brasília: Disponível em: <<http://www.mc.gov.br>>. Acesso em: 20.jan2008.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da imprensa no Piauí**. Teresina: Zodíaco, 1997.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <[www.pnud.org.br/atlas](http://www.pnud.org.br/atlas)>. Acesso em 20 de janeiro de 2008.

SAID, Gustavo Fortes. **Comunicações no Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.